

COORDENAÇÃO
Carlos Fortuna

EQUIPA EDITORIAL
Ana Serrano
Bernardo Fazendeiro
Isabel Dórdio Dimas
Rita Martins

MIL FOLHAS

BOLETIM QUADRIMESTRAL

1 2 1910

FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

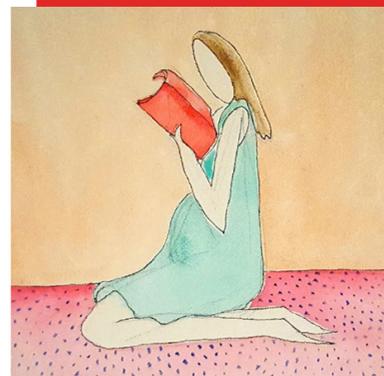


LEITURAS E LIVROS
**COMO LER
UM LIVRO**
Sónia Honório .2

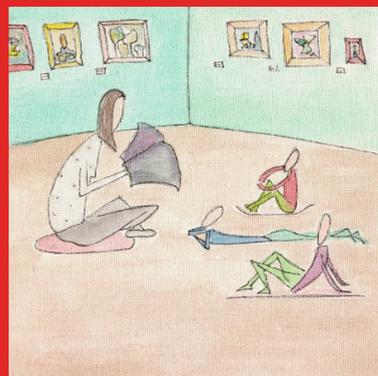
DEPOIMENTO
**OS LIVROS,
ENTRE DOIS MUNDOS**
António Guerreiro .4

OUTRAS BIBLIOTECAS
**O REAL GABINETE
PORTUGUÊS DE LEITURA**
Francisco Gomes da Costa .6

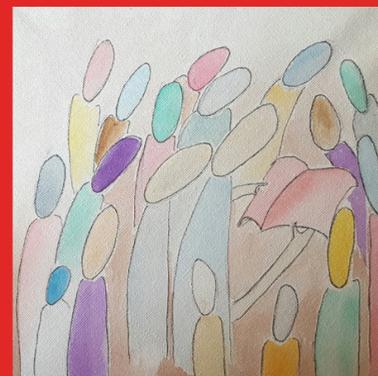
SUGESTÕES DE LEITURA
*Madalena Duarte, Daniela Nascimento,
Pedro Cerqueira e António Amaro .8*



Kneelad



Agatha's way



At the crowd



Sónia Honório é uma artista plástica e curadora e o seu trabalho incide na educação através das artes.

Neste momento colabora com o Museu Municipal de Coimbra e CACC – Centro de Arte Contemporânea de Coimbra como investigadora da coleção do Estado (núcleo ex BPN), assistente curatorial e desenvolve oficinas educativas.

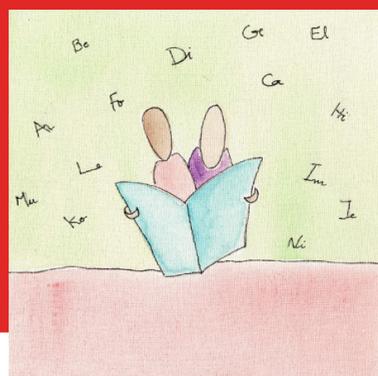
Desenvolveu projetos no âmbito da leitura e do livro, colaborou com instituições ligadas à violência doméstica e como a superar através de práticas artísticas.

Sónia Honório é Licenciada em Pintura, Artes Plásticas pela ARCA – Coimbra e Mestre em Estudos Curatoriais pelo Colégio das Artes da Universidade de Coimbra.

HOW HOW HOW TO HOW READ A BOOK



At the shelf



Read out loud



At the Park



Jaquelines's way

tecimento: “*On ne peut pas vivre sans un livre dans sa poche*”. Mas em França, tal inovação (livros de pequeno formato, inicialmente produzidos com menos cuidados, tanto na impressão como no papel utilizado, e de aspecto perecível) não foi introduzida sem reservas e contestações, havendo mesmo autores que se recusaram a editar os seus livros no formato “poche” (é o caso de Henri Michaux, de Blanchot, de Julien Gracq) e editores que sentiram como um abastardamento a adesão ao livro de bolso (Jérôme Lindon, das edições Minuit, resistiu até aos anos 80). Onze anos depois, em 1964, esse objecto editorial que suscitava desconfiças e resistências, que era visto como portador de graves implicações sobre o objecto livro, foi o motivo de uma discussão pública ao mais alto nível (Sartre foi um dos intervenientes), desencadeada por um longo artigo do historiador de arte Hubert Damisch, que publicou um longo artigo na revista *Mercure de France* intitulado “La culture de poche”. No livro de bolso, viu Damisch um “empreendimento mistificador”, na medida em que operava uma “manipulação” que consistia – argumentava Damisch – em fazer do livro um produto e do leitor um consumidor, o que desrespeitava completamente a cultura impressa (e muito especialmente a literatura) e colocava esta nova instituição, o livro de bolso, sob a tutela da sociedade de massa e numa relação ambígua e inquietante com a esfera reservada e aurática da “alta cultura”. É fácil perceber aqui alguns dos argumentos que Adorno e Horkheimer tinham usado na crítica à “indústria cultural”. No fundo, este debate sobre o livro de bolso era um debate sobre a cultura e sobre aquilo que Damisch dizia ser as “ilusões” do acesso a ela, ou seja, as ilusões da democratização da cultura.

Enquanto o livro clássico devia guardar algum silêncio e até rodear-se de algum mistério (...), o livro de bolso era um livro aberto, sem mistério, ainda antes de o leitor começar a lê-lo e a folheá-lo.

Enquanto produto de grande consumo, o livro de bolso devia ter características exteriores capazes de o definir imediatamente. Enquanto o livro clássico devia guardar algum silêncio e até rodear-se de algum mistério (esse requisito cumpria-se cabalmente nos livros que requeriam do leitor que ele abrisse as páginas com um instrumento de corte), o livro de bolso era um livro aberto, sem mistério, ainda antes de o leitor começar a lê-lo e a folheá-lo. Ele significava o fim de uma cultura literária aristocrática e o advento inelutável da cultura de massas. O conceito editorial do livro de bolso, fundado num princípio de comercialização de massa, procurava uma forma de legitimação que já não passava – pelo menos, exclusivamente – pelas instâncias clássicas da crítica literária, da formação escolar e da esfera universitária. Ele assumia a condição permeável à legitimação popular construída por discursos promocionais e números de venda. E, pouco a pouco, o livro de bolso deixou de ser uma produção fora da norma, pelo menos nos seus aspectos materiais, para se estabelecer como a nova norma; e deixou de ter um estatuto de subproduto sem legitimidade cultural para se tornar um objecto cultural de pleno direito. Não podemos perceber os modos de edição actuais se não reconstituirmos esta história da introdução do livro de bolso e o modo como ela foi recebida, em certos meios, como uma desestabilização da edição tradicional. Se olharmos para as características da edição actual de livros, talvez possamos concluir que se impôs uma “culture de poche”, com maior ou menor força, isto é, mitigada por contra-poderes ou actuando sem resistências, como é o caso em Portugal. Mas esta “culture de poche” não é exactamente aquela que Hubert Damisch diagnosticou precocemente e com excessiva severidade. É antes uma caricatura dela. ●

Se isto é verdade como regra geral e pode ser verificado em todo o lado, há porém diferenças de grau conforme se passa de um país para outro, de um mercado editorial para outro, de uma tradição cultural para outra. Em Portugal, assistimos desde a passagem do século a uma enorme transformação neste sector: do lado da edição, houve uma concentração em grupos editoriais; do lado da comercialização houve uma concentração nas redes livresiras. Esta nova situação, que nos fez passar da editoria amadora (no sentido em que a motivação fundamental dos seus agentes era um amor aos livros, por muito equivocado que ele fosse ou se destinasse a cumprir protocolos), à editoria profissionalizada e seguindo as regras de qualquer outro sector de produção de bens materiais de consumo (ainda que seja necessário lembrar uma ressalva que, de tão evocada, se tornou quase um estribilho: “o livro não é uma mercadoria como qualquer outra”). O resultado é facilmente verificável: os livros editados em Portugal apresentam-se, em geral, com uma demagógica dimensão, tendem a ser desnecessariamente objectos grandes e volumosos, o que os torna pouco elegantes. A inconfessada razão dessa característica é fácil de adivinhar: serve para ocupar espaço e torná-los bem visíveis nas livrarias. Essa tática comercial tornou-se uma ilusão, a partir do momento em que todos entram da mesma maneira nessa competição. E por isso a identificação de colecções e editoras tornou-se muito difícil porque se impôs a regra do mimetismo. A exuberância cromática e o “parti pris” das capas decoradas com ilustrações representativas (sendo privilegiado o recurso à fotografia) fizeram das livrarias um bazar de variedades iconográficas que esterilizam completamente a cultura visual ligada a esse prodigioso suporte mediático que é o livro. O qual, apesar de algumas precipitadas declarações de óbito, ainda nenhuma nova tecnologia conseguiu tornar obsoleto. Da capa à paginação, a regra é a da demagogia editorial. Chamamos “demagogia editorial” ao modo de produção de um livro que consiste em conformá-lo aos estereótipos do mercado e em sobrecarregá-lo de pretensos motivos de atracção e concupiscência: nome e fotografias do autor sobredimensionados, inscrições publicitárias a invadir a capa, intervenções editoriais de vária ordem (na capa, nas badanas, na contracapa, etc.), em livros que reclamam sobriedade e dispensam com grande vantagem mediações muito intrusivas na relação com os leitores, que são assim, em maior ou menor grau, colocados sob tutela. As regras básicas do protocolo editorial não são respeitadas e nem se percebe que vantagem comercial retiram daqui os editores. Aquilo que podemos perceber é que é muito difícil travar este processo porque há uma força coerciva que aponta um caminho irreversível. As “experiências” que escapam a este destino são de pequenos editores que geralmente não têm meios nem fazem tiragens suficientes para uma distribuição do livro para além de uns poucos postos de venda cúmplices. Observe-se no entanto que, tirando algumas excepções, a edição amadora e independente, em Portugal, de um modo geral não produz livros com grande esmero, quanto às características gráficas e materiais, ao contrário do que se passa noutros países, onde a produção editorial minoritária e independente (isto é, não dependente de grupos editoriais e de editoras que competem no mercado) se caracteriza quase sempre por uma requintada e distinta concepção dos seus objectos.

Asituação actual da edição e as características do livro enquanto objecto têm de ser compreendidas a partir de uma “ruptura”, de uma inovação de enorme alcance que deu origem a polémicas e discussões. Revisitando-as, hoje, elas podem parecer um pouco anacrónicas, mas ajudam a compreender muita coisa. Refiro-me ao livro de bolso, que a Penguin introduziu em Inglaterra, em 1935, e que só chegou a França, muito mais conservadora e zelosa da cultura literária do que a Inglaterra, quase vinte anos depois, em 1953, através de uma colecção da Hachette. O fundador dessa colecção, Henri Filipacchi, inventou um slogan à altura do acon-

Não está muito distante de nós o tempo em que estavam ainda bem marcadas as regras da edição, produção gráfica e características tipográficas que conferiam aos livros distinção e sinalizavam uma legitimação cultural, literária ou artística (ou todas elas simultaneamente). E os leitores – mesmo os que não pertenciam à categoria esotérica dos bibliófilos – sabiam identificar e descodificar estas regras. Capa, contracapa, folha de rosto, frontispício, lombada: como um edifício arquitectónico, o livro tinha que ter uma estrutura sólida e coerente, e as suas materialidades deviam estar em harmonia com o “teor de verdade” da obra. Mesmo quando já se tinha desenvolvido uma lógica editorial que respondia plenamente às determinações da “indústria cultural”, um conceito de Adorno e Horkheimer que adquiriu uma enorme fortuna teórica, esses códigos mantiveram-se válidos, a par de outros códigos entretanto surgidos. No mercado dos bens simbólicos, muitos livros procuravam um valor chamado prestígio, quase sempre ligado aos valores clássicos da forma e da discrição ou ao refinamento artístico, subtil ou exuberante. Editoras como a Gallimard e a Suhrkamp pouco alteraram as características gráficas das suas principais colecções porque tinham um capital de prestígio a preservar (ainda assim, acabaram por recorrer à sobrecapa como solução de compromisso entre a preservação de uma imagem com peso patrimonial e as novas exigências do mercado). Outros, pelo contrário, distanciaram-se convictamente quer da sobriedade, quer das elaborações requintadas das artes bibliográficas, visando um público menos treinado no universo dos livros ou respondendo ao gosto induzido pela indústria do entretenimento e pela cultura de massas. A distinção entre alta e baixa cultura apresentava-se com nitidez, muitas vezes até de modo enfático, no universo editorial do livro. E essa diferença podia – e ainda pode, embora de maneira muito menos vincada – apresentar-se com evidência quando se passava de uma livraria para outra ou de uma secção para outra da mesma livraria.

As tendências assim descritas referem-se sobretudo ao tempo em que nasceu e se desenvolveu uma verdadeira indústria do livro, que ganhou nas últimas três ou quatro décadas uma dimensão plerótica. Se há doença diagnosticada com precisão neste sector da produção editorial, ela consiste na obesidade. E as consequências desta doença são tanto maiores quanto ela, nos últimos anos, acompanha uma generalizada diminuição das livrarias e do espaço de exposição dos livros. Um princípio determinante do comércio dos livros, aquele que diz que “livro exposto é livro vendido”, tornou-se o motivo de uma guerra civil neste sector porque o privilégio da exposição ficou bastante diminuído e há evidentemente espécies bibliográficas que são mais atingidas do que outras por essa limitação.

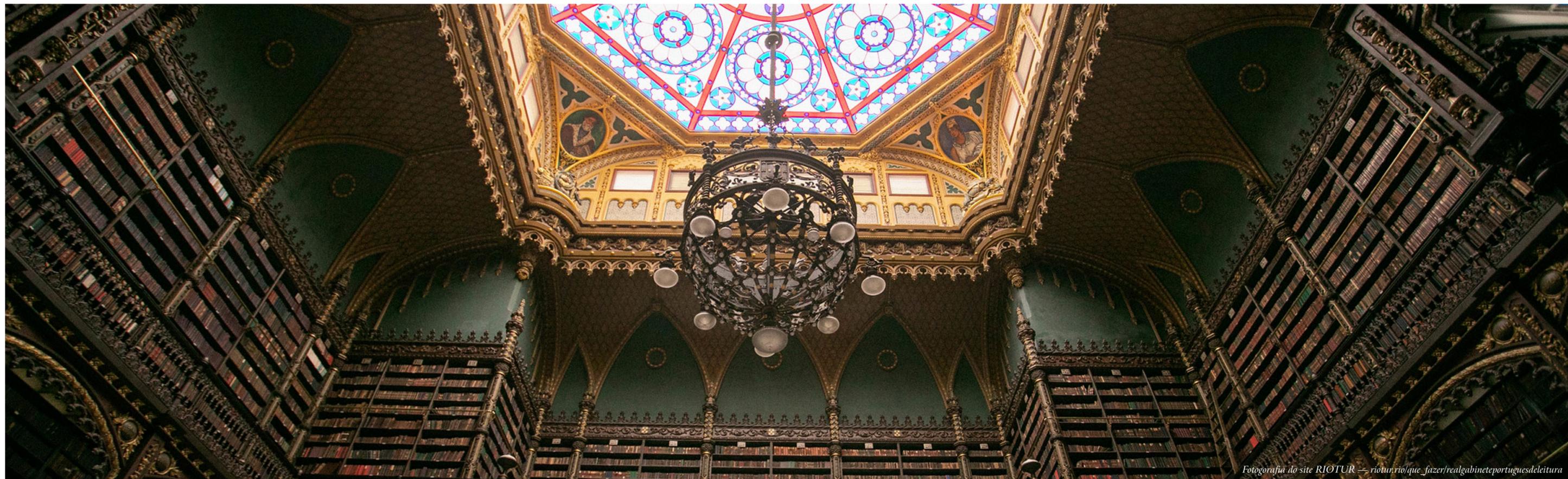
E as fronteiras esbateram-se: livros que pertencem à esfera da “alta cultura” (...) são produzidos e editados como os livros que satisfazem o sector hegemónico da cultura de entretenimento.

Certo é que uma série de contingências do mercado livreiro e dos hábitos de leitura (que uma sociologia da cultura descreve e analisa) determinaram progressivamente as decisões e cálculos respeitantes ao aspecto dos livros, ao tipo de papel utilizado, à imagem da capa e a toda a sua produção gráfica e tipográfica.

E foi assim que os códigos de identificação das espécies de livros e do lugar que eles ocupavam na hierarquia cultural foram enfraquecendo ou cedendo à indiferenciação e ao eclétismo. E as fronteiras esbateram-se: livros que pertencem à esfera da “alta cultura” (uma designação que hoje requer aspas) são produzidos e editados como os livros que satisfazem o sector hegemónico da cultura de entretenimento, numa época em que, na verdade, deixou de ser possível estabelecer nítidas diferenças entre o gosto das elites e o gosto das massas.

OS LIVROS, ENTRE DOIS MUNDOS

António Guerreiro
Crítico literário e ensaísta; editor da revista “Electra”

Fotografia do site RIOTUR — riotur.rio/que_fazer/realgabineteportuguesdeleitura

O REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

FRANCISCO GOMES DA COSTA

Presidente do Real Gabinete Português de Leitura

Fundado a 14 de maio de 1837 no Rio de Janeiro, o *Gabinete Português de Leitura* foi a primeira associação de raiz portuguesa criada por imigrantes no Brasil. Menos de 15 anos depois de proclamada a Independência, 42 portugueses – entre advogados, jornalistas e comerciantes – propuseram-se a incentivar a leitura e o conhecimento dos jovens “patrióticos” que chegavam “d’além-mar”. Ao fim do trabalho diário, podiam tomar de empréstimo da biblioteca muito para ler e estudar em casa.

Durante cinco décadas, a agremiação ocupou vários endereços no centro da cidade. Mas o incessante crescimento do acervo tornou urgente uma sede própria. Assim, em 1880, ano do 3º centenário da morte de Camões, o Gabinete Português de Leitura capitaneou as comemorações na “Corte” e nelas, precisamente no dia 10 de junho, incluiu a solenidade de assentamento

da pedra fundamental do belo edifício neo-manuelino que hoje conhecemos, presidida pelo próprio Imperador D. Pedro II. Findas as obras, a 10 de setembro de 1887, coube à Princesa Isabel pomposamente inaugurá-lo.

Nessa altura, catalogados conforme o método mais moderno então disponível, seu acervo já excedia os 50.000 volumes. Em 1900, a rica biblioteca foi franqueada ao público em geral. E o novo edifício, além dos livros, passou a acolher variadas manifestações culturais. Como exemplo, a realização de cinco sessões solenes da Academia Brasileira de Letras, presididas por Machado de Assis – frequentador e amigo do Gabinete desde jovem. E ao longo de sua centenária existência, o “Salão de Leitura” e a “Sala dos Brasões” testemunharam incontáveis cerimônias cívicas (como a jubilosa recepção aos “heróis” Sacadura Cabral

e Gago Coutinho após a primeira travessia aérea do Atlântico Sul), exposições de pintura (como a de José Malhoa), espetáculos musicais, encontros científicos etc.

Tendo recebido o título de “Real” do Rei D. Carlos em 1906, a partir de 1935, obteve o benefício do “depósito legal”, mantido até hoje e o único fora de Portugal. A par dessa constante atualização, vale referir os diversos legados recebidos, dentre os quais a preciosa “camiliana” de Francisco Garcia Saraiva, composta de raras primeiras edições do novelista e do icônico manuscrito autógrafa do “Amor de Perdição” – hoje exibido e “visitável” na Livraria Lello, do Porto. De manuscritos, possuímos também alguns de Gonçalves Dias, Machado de Assis, Eça de Queirós, António Feliciano de Castilho e de outros autores oitocentistas, todos muito

assíduos nos periódicos da nossa internacionalmente valorizada hemeroteca.

Às preciosidades bibliográficas, que incluem uma edição *princeps* de *Os Lusíadas*, e se estendem do século XVI ao XXI, somam-se coleções artísticas e peças decorativas que compõem um estilo único. Tudo isto pesou para que, em 1970, fosse lavrado “nos livros do Tombo histórico e de Belas Artes [do então Estado da Guanabara] o tombamento do edifício e do acervo do *Real Gabinete Português de Leitura*”.

Além da biblioteca aberta diariamente ao público, o Centro de Estudos, criado na década de 1960, tem vindo a nutrir nossa vocação cultural. Através de seu braço executivo, o PPLB - Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras - que completou 20 anos em 2021 e congrega dezenas de pesquisadores uni-

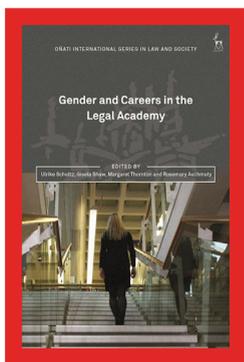
versitários nacionais e estrangeiros, empenha-se em desenvolver uma extensa pauta de atividades – colóquios, publicações, cursos, conferências, filmes, exposições... –, voltada tanto para especialistas como para o público amplo. Alimenta ainda vários projetos de valorização do acervo da casa, como o do programa contínuo de bolsas de pesquisa, destinadas a estudantes universitários. No planeta, desconhecemos outra biblioteca que inclua tão viva dinâmica em sua constituição.

Atualmente, além dos leitores, o *Gabinete* recebe, em média, mil visitantes por dia, a comprovarem a justiça de a nossa biblioteca ser classificada, por revistas e *sites* internacionais, como uma das dez mais belas do mundo. Porém, das suas muitas singularidades, é esquecido o fato de ser a mais antiga da América Latina fundada por imigrantes e em funcionamento jamais descontinuado.

O *site* www.realgabinete.com.br exhibe nosso catálogo bibliográfico completo, bem como as páginas digitalizadas da coleção de manuscritos e de uma representativa seleção dos periódicos antigos que possuímos. Disponibiliza ainda, *online*, a revista *Convergência Lusíada* (já em seu 50º número), e resgata a produção de projetos concluídos, como “O Real em revista” e como as “atas” dos colóquios realizados. O nosso canal do YouTube, imperativo nos tempos pandêmicos, trouxe nova dinâmica e mais visibilidade à programação multidisciplinar do PPLB/Centro de Estudos.

Posto isto, há a declarar que não nos falta entusiasmo para que o *Real Gabinete Português de Leitura*, honrando suas origens, leve avante (ao menos por outros 186 anos...) o profícuo labor luso-brasileiro. ●

“... o Gabinete recebe, em média, mil visitantes por dia, a comprovarem a justiça de a nossa biblioteca ser classificada, por revistas e sites internacionais, como uma das dez mais belas do mundo.”



GENDER AND CAREERS IN THE LEGAL ACADEMY

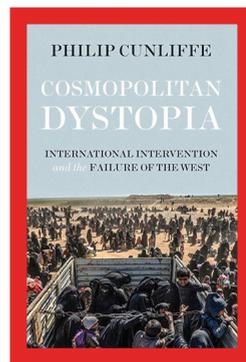
Ulrike Schultz, Gisela Shaw, Margaret Thornton & Rosemary Auchmuty (Eds.). (2021). Bloomsbury Publishing. Bloomsbury Publishing.

[305 GEN]

Madalena Duarte — FEUC

Este livro coletivo – o terceiro volume de uma importante trilogia sobre profissões jurídicas – aborda as desigualdades de género na carreira académica jurídica. A sua leitura permite analisar os obstáculos e desafios enfrentados pelas mulheres nesta carreira, bem como os estereótipos de género presentes na academia jurídica. Além disso, ajuda a compreender como a maior representação das mulheres nestas profissões tem provocado mudanças na cultura jurídica e judiciária. Com os contributos de mais de 30 autores e autoras, o livro está estruturado em seis secções: (I) o acesso das mulheres ao ensino do direito nas universidades; (II e III) o progresso das mulheres nas faculdades de direito, com destaque para as carreiras de mulheres pioneiras no ensino do direito; (IV) o exercício da profissão nos dias de hoje; (V) o ensino feminista do direito e as suas implicações

na produção legislativa e na aplicação da lei; e (VI) as masculinidades e feminilidades na academia jurídica. A obra tem três características que a destacam. Em primeiro lugar, é interdisciplinar, contando com autores e autoras das áreas de direito, sociologia, antropologia, história, ciência política, filosofia, entre outras. Em segundo lugar, contraria uma visão exclusivamente ocidental, ao incluir trabalho empírico de 19 países, de todos os continentes, com quadros socioculturais e jurídico-normativos diferenciados. Por fim, baseia-se em casos e carreiras específicas de mulheres para desafiar questões teóricas mais abrangentes relacionadas com o género e a cultura. *Gender and Careers in the Legal Academy* oferece um contributo importante para a reflexão sobre um ambiente mais justo e igualitário para mulheres que procuram uma carreira académica na área do direito. ●



COSMOPOLITAN DYSTOPIA: INTERNATIONAL INTERVENTION AND THE FAILURE OF THE WEST

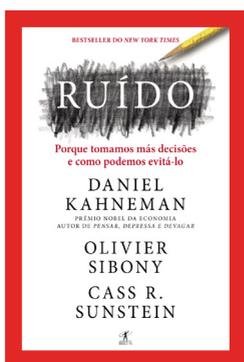
Cunliffe, Philip. (2020). Manchester, Manchester University Press.

[327 CUN]

Daniela Nascimento — FEUC

O tema da intervenção internacional em contextos marcados por violência e por violações flagrantes e sistemáticas dos direitos humanos tem sido uma das questões mais debatidas e controversas no campo das relações internacionais nas últimas décadas. Assim é em virtude dos muitos e complexos dilemas e desafios que colocam a figura da intervenção humanitária e, mais recentemente, o princípio da responsabilidade de proteger. Philip Cunliffe assume o desafio de discutir abertamente os muitos pressupostos e mitos subjacentes a esta questão, argumentando que o liberalismo humanitário que tem dominado a agenda intervencionista global, promovido sobretudo pelo Ocidente, mais não é do que um discurso que visa justificar e legitimar a guerra e, em última instância, perpetuar lógicas de poder e dominação. Recorrendo a vários exemplos daquilo que considera falhanços claros da

comunidade internacional na resposta a crises humanas, Cunliffe mostra-nos, numa escrita dura e sem subterfúgios, como o legado das intervenções ditas liberais se transformou numa distopia cosmopolita de guerra permanente e dos perigos que resultam de uma lógica em que a autoridade e o poder se mantêm e perpetuam a partir do uso da força e de um discurso centrado nos direitos humanos. O autor conclui que o problema está na forma como os direitos humanos se tornaram parte de uma ideologia de paternalismo estatal e de guerra permanente, dando expressão ao liberalismo do medo e normalizando as crises como condição permanente da ordem internacional. Este é, pois, um livro essencial para quem queira desafiar os entendimentos e supostos consensos em torno da benevolência e do carácter supostamente progressista do intervencionismo dito humanitário. ●



RUÍDO: PORQUE TOMAMOS MÁS DECISÕES E COMO PODEMOS EVITÁ-LO

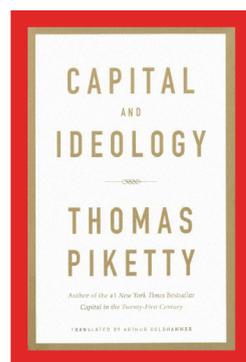
Kahneman, Daniel; Olivier Sibony; Cass Sunstein. 2021. Lisboa, Objectiva.

[159.9 KAH]

Pedro Cerqueira — FEUC

O livro *Ruído* aborda um dos aspectos mais negligenciados nos julgamentos e previsões feitos por humanos: o ruído. Ao contrário do enviesamento, que é o erro sistemático, o ruído refere-se à dispersão nas escolhas humanas. Os autores argumentam que o ruído nas tomadas de decisão e previsões pode levar a resultados inconsistentes e injustos, apresentando uma série de estudos e exemplos em diferentes áreas. Para lidar com o ruído, os autores propõem a utilização de modelos e algoritmos, quer através de regras simples, modelos estatísticos ou algoritmos de IA por forma a reduzir a dispersão nas decisões. Alternativamente, sugerem que as decisões se façam a partir de

equipas, uma vez que a conjunção de várias opiniões reduz a arbitrariedade. Na verdade, alguns dos problemas que os métodos estatísticos aplicados às ciências sociais tentam controlar: obter resultados não enviesados e eficientes (isto é, com o mínimo de ruído) é abordado neste livro de um ponto de vista diferente, permitindo ao leitor aperceber-se da importância de modelos e algoritmos nos processos de previsão e de tomada de decisão. Contudo, os autores advertem que, apesar da vantagem em utilizar regras e algoritmos, a eliminação total da componente humana não é desejável, uma vez que parte do ruído advém da criatividade humana, essencial ao progresso da sociedade. ●



CAPITAL AND IDEOLOGY

PIKETTY, Thomas. 2020. Cambridge & London, The Belknap Press of Harvard University Press.

[330.1 PIK]

António Amaro — FEUC

Thomas Piketty, com a publicação do *Capital au XXIe Siècle*, em 2013, tornou-se um dos economistas mais (re) conhecidos no mundo sobre a questão da desigualdade. O sucesso alcançado, sobre uma problemática até então marginal no seio da economia *mainstream*, explica-se por as desigualdades socioeconómicas terem aumentado nos países ricos, a partir da década de 1980. Piketty demonstrou que é um mito pensar-se que as desigualdades diminuam naturalmente à medida que o crescimento económico se vai consolidando. Seis anos depois, em *Capital and Ideology*, Thomas Piketty retomou com novos argumentos a problemática da desigualdade, alargando as suas explicações aos fenómenos políticos,

jurídicos, sociais e ideológicos. A tese central de Piketty neste novo livro é que a desigualdade não deve ser associada ao desenvolvimento económico ou tecnológico: a formação e a perpetuação das desigualdades, nomeadamente nas sociedades contemporâneas, têm uma explicação sobretudo ideológica e política. A igualdade e a desigualdade historicamente comprovadas resultam de construções político-ideológicas particulares, com relações de poder e sistemas legais e institucionais também específicos. As consequências teóricas e políticas desta abordagem, que não aceita a naturalização das desigualdades e a inexistência de alternativas, tornam incontornável a leitura deste livro. ●